

NECESSIDADE DE PUBLICAÇÃO E PRODUÇÃO CIENTÍFICA POR ÁREAS TEMÁTICAS NA EEAN: razões e reflexões básicas

Maria Antonieta Rubio Tyrrell¹

A idéia de que a Revista de Enfermagem – Escola Anna Nery atendesse a demanda de produção de artigos por temática surgiu em 2006 considerando três fatos básicos: o primeiro se relacionava à necessidade de oferta de um quarto exemplar para atender um critério de avaliação da qualidade da revista na corrida de sua indexação pelo SciELO, considerando-se que os três volumes que oferecia a Escola contavam desde 1997 com uma estrutura consolidada com avaliação pela CAPES de “Qualis C Internacional”; o segundo atendia, de forma urgente, a grande demanda de produção de artigos, tanto do âmbito interno quanto externo, sobre áreas do saber da Enfermagem consideradas “consagradas” e outras “emergentes” na profissão e na área de saúde; e o terceiro fato direcionava-se a tratar uma tendência ligada a compromissos assumidos pelos núcleos temáticos de investigação, de um lado, e, de outro lado, aos resultados de pesquisas multicêntricas nacionais e internacionais. A convergência de todos estes fatores determinantes convergiam, na minha opinião, no respeito à tradição sem desprezar a inovação.

Nesse sentido, o Conselho Consultivo da Revista pautou para discussão em 2006 a oferta em 2007 do seu quarto volume e suas características, marcando com esta iniciativa um passo ao desenvolvimento e consolidação de sua periodicidade e qualidade, definindo que, até 2009, os conteúdos temáticos abrangeriam: álcool e drogas, saúde da mulher e saúde da criança e do adolescente, todos estes assuntos considerados de necessidade societária e declaradas pelos Governos Federal, Estadual e Municipal de prioridade do Estado na prevenção das doenças e problemas sociais relativas à discriminação de equidade de gênero e de atendimento às pressões advindas dos movimentos sociais, em geral, e feminista, em especial. Este fato se tornou um acontecimento concreto no aniversário dos 10 anos da criação da Revista de Enfermagem – Escola Anna Nery, em 2007, quando fizemos lançamento, em sessão solene, do primeiro volume que atendia esta proposta a qual foi aprovada por unanimidade pela douta Congregação da EEAN/UFRI.

A necessidade de publicar a produção científica por áreas temáticas acompanha também o desenvolvimento da Enfermagem como uma “Disciplina Científica”, num contexto de franco e acelerado desenvolvimento e consolidação da área no campo da saúde e das ciências sociais, a partir, principalmente, da ampliação dos quantitativos e qualitativos, inicialmente da inserção da Iniciação Científica (IC) nos Cursos de Graduação em Enfermagem – como é o caso da EEAN – e, posteriormente, dos Programas de Mestrado, Doutorado e Pós-Doutorado na perspectiva mundial, advindos da internacionalização da educação superior (em todos os níveis) e como consequência também da investigação articulada ao ensino e à extensão, num contexto neoliberal de mercado da ciência e tecnologia das nações tanto desenvolvidas quanto em desenvolvimento.

É mister enfatizar que a Saúde da Mulher desde o início do século XX tem sido alvo de propostas governamentais, embora umas consideradas “restritas” e outras “ampliadas”, mas sempre declaradas como prioridade do Governo Nacional no “combate às altas taxas de morbimortalidade materna e perinatal”. Denominamos, tal como o Ministério da Saúde (MS, 2007) aponta: propostas *restritas* aquelas que contemplam questões biologistas e medicalizadas do corpo humano e *ampliadas* aquelas que atendem as dimensões dos direitos humanos e de cidadania.

Nessas duas vertentes de caracterização da natureza das propostas governamentais em saúde da mulher no país, perpetuaram/innovaram também a caracterização da natureza da condição de *ser mulher* (âmbito privado) sexualmente identificada e da condição de ser mulher (âmbito público) socialmente entendida na sua condição feminina. Esta reflexão implica o reconhecimento (como consta em muitos estudos) de que a mulher, numa caracterização *restrita*, limitava-se a ser objeto da reprodução e da maternidade, ou a ausência das doenças; e, na caracterização *ampliada*, a mulher conquista sua contemplação como sujeito social, com direitos humanos, sexuais e reprodutivos; por tanto, a conotação de ser mulher avança de uma concepção de coisificação para a de cidadania.

É importante afirmar que estas reflexões teóricas perpassam por uma argumentação de equidade de gênero e de uma política de assistência integral e humanizada dos problemas de saúde da mulher, bem como da compreensão do perfil real da saúde e da doença num contexto ou não de crise, que atravesse o sistema de saúde ou da nação, consideradas as variações, que segundo Laurell (1982), advêm do espaço e do tempo baseados no grau de desenvolvimento econômico, social e humano de cada região.

Para terminar, deixando claro que estas reflexões são básicas e que têm unicamente a pretensão de avançar na clarificação da problemática sobre recuos/avanços da Política de Saúde Integral à Mulher no Brasil e suas influências na promoção de sua saúde - no sentido mais amplo de sua compreensão de oferta de cuidados cidadãos -, pode-se inferir que as influências na formação e qualificação dos enfermeiros na área também podem se caracterizar e se entender considerando as dimensões de propostas de mudanças curriculares de caráter *restrito* ou *ampliado*. Avançar neste processo significaria estudar e inserir aspectos conceituais e metodológicos (reflexivos e críticos) no processo de ensinar a cuidar em Enfermagem, contemplados as questões fundamentais de gênero, humanização, direitos humanos, sexuais e reprodutivos, o sistema único de saúde e a política de assistência integral à saúde da mulher.

¹ Profa. Dra Titular do Departamento de Enfermagem Materno-Infantil – DEMI e Diretora da Escola de Enfermagem Anna Nery; Pesquisadora do CNPq e Presidenta da ALADEFE/UDUAL.